

LUGAR DE MEMÓRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: INTERFACES COM O TURISMO CULTURAL

THE PLACE OF MEMORY AND PUBLIC POLICIES FOR PRESERVATION OF THE PATRIMONY:
INTERFACES WITH CULTURAL TOURISM

LUGAR DE MEMORIA Y POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO: INTERFACES
CON EL TURISMO CULTURAL

Karoliny Diniz Carvalho

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA)

karol27_turismo@yahoo.com.br

Data de Submissão: 16/02/2010

Data de Aprovação: 28/01/2011

RESUMO

Os testemunhos da memória e da identidade tornam-se importantes atrativos turísticos, suscitando o deslocamento de visitantes do segmento turismo cultural, os quais buscam atividades vivenciais e de lazer capazes de produzir situações de aprendizado e educação. O presente artigo busca refletir sobre a relação entre lugar de memória e a atividade turística, considerando as novas interpretações sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade. Nesse sentido, relaciona questões sobre memória (LE GOFF, 1996; HALBWACS, 1991), identidade (HALL, 2001; CANCLINI 2000) e patrimônio cultural (BARRETTO, 2001; BONFIM, 2005), enfatizando o reconhecimento e a valorização dos lugares de memória (NORA, 1993; GASTAL, 2002) no âmbito das políticas públicas de preservação do patrimônio. Reflete sobre as possibilidades e desafios da transformação dos patrimônios populares em locais de visitação turística, compreendendo o turismo cultural como fator de valorização da memória e da identidade locais (ASCANIO, 2003; COSTA, 2009). Com base em pesquisa bibliográfica (OLIVEIRA, 1998; APOLINÁRIO, 2006), depreende-se que a conjugação entre lugar de memória e turismo cultural pode contribuir para a valorização dos espaços mantenedores da identidade e da memória social e para o enriquecimento da relação entre turistas e residentes, baseando-se na vivência dos elementos representativos da cultura local.

PALAVRAS CHAVES: Patrimônio Cultural, Lugar de Memória, Turismo Cultural

ABSTRACT

Testimonies of memory and identity are important tourism attractions, drawing visitors to the cultural tourism sector in search of experiences and leisure activities that afford opportunities for learning and education. This paper reflects on the relationship between place memory and tourism, based on the new interpretations of the cultural heritage in contemporary society. Accordingly, issues related to memory (LE GOFF, 1996; HALBWACS, 1991), identity (HALL, 2001; CANCLINI 2000) and cultural heritage (BARRETTO, 2001; BONFIM, 2005) are discussed, emphasizing the recognition and appreciation of place memories (NORA, 1993; GASTAL, 2002) in public policies of heritage preservation. It reflects on the possibilities and challenges involved in transforming the heritage into tourist attractions, including cultural tourism as a factor for recovering the memory and local identity (ASCANIO, 2003; COSTA, 2009). Based on the literature (OLIVEIRA, 1998; APOLINÁRIO, 2006), it appears that the combination of place memory and

cultural tourism can contribute to increasing the potential of the spaces where the social identity and memory are preserved, enriching the relationship between tourists and local residents, based on the experience of representative elements of the local culture.

KEY WORDS: Cultural Heritage, Place Memory, Cultural Tourism

RESUMEN

Los testimonios de la memoria y de la identidad se han convertido en importantes atractivos turísticos, suscitando el desplazamiento de visitantes del segmento turismo cultural, los cuales buscan actividades vivenciales y de ocio capaces de producir situaciones de aprendizaje y educación. El presente artículo busca reflexionar sobre la relación entre lugar de memoria y actividad turística, considerando las nuevas interpretaciones sobre el patrimonio cultural en la contemporaneidad. En ese sentido, relaciona cuestiones sobre memoria (LE GOFF, 1996; HALBWACS, 1991), identidad (HALL, 2001; CANCLINI 2000) y patrimonio cultural (BARRETTO, 2001; BONFIM, 2005), enfatizando el reconocimiento y la valorización de los lugares de memoria (NORA, 1993; GASTAL, 2002) en el ámbito de las políticas públicas de preservación del patrimonio. Reflexiona sobre las posibilidades y retos de la transformación de los patrimonios populares en sitios de visitación turística, comprendiendo al turismo cultural como factor de valorización de la memoria y de la identidad locales (ASCANIO, 2003; COSTA, 2009). Con base en la investigación bibliográfica (OLIVEIRA, 1998; APOLINÁRIO, 2006), se infiere que la conjugación entre lugar de memoria y turismo cultural puede contribuir a la valorización de los espacios mantenedores de la identidad y de la memoria social y al enriquecimiento de la relación entre turistas y residentes, basándose en la vivencia de los elementos representativos de la cultura local.

PALABRAS CLAVE: Patrimonio Cultural, Lugar de Memoria, Turismo Cultural

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade o conceito de patrimônio torna-se polissêmico, sendo definido de acordo com o lugar social ocupado pelos sujeitos num determinado momento ou contexto histórico. Sobre os valores de excepcionalidade e monumentalidade presentes nas práticas iniciais de preservação dos bens culturais emergem novos parâmetros que consideram as relações, o contexto e a representatividade que o patrimônio adquire para os membros de uma sociedade, como enunciador de memórias individuais e coletivas e provocador do sentimento de pertença.

Revisitado, o patrimônio cultural passa a abranger também espaços e práticas socioculturais que possuem um sentido emocional para as comunidades. Os lugares de memória materializam a noção de patrimônio como produto e reflexo da sociedade e, enquanto processo, revela a dinâmica das interações sociais, os valores e significados que tecem o cotidiano de uma determinada localidade.

Os testemunhos da memória e da identidade emergem como importantes atrativos turísticos, suscitando o deslocamento de visitantes do segmento turismo cultural. Esse grupo de consumidores busca no desenvolvimento de atividades vivenciais e de lazer situações de aprendizado e educação. No presente artigo tenciona-se discutir a relação entre os lugares de memória e a atividade turística, considerando as novas interpretações sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade.

Para a construção do corpus teórico recorreu-se à pesquisa bibliográfica com base nas considerações de Oliveira (1998) e Apolinário (2006) acerca dos processos de investigação científica. Assim, o estudo relaciona questões referentes à memória (LE GOFF, 1996; HALBWACS, 1991), à identidade (HALL, 2001; CANCLINI 2000) e ao patrimônio cultural (LEMOS, 2000; BONFIM, 2005), a fim de apresentar as possibilidades e desafios na transformação dos espaços do cotidiano popular em locais de visitação turística.

Inicialmente, discute-se a trajetória do conceito de patrimônio cultural no Brasil, enfatizando o reconhecimento e a valorização das produções populares no âmbito das políticas públicas de preservação do patrimônio. Mediante a análise, busca-se o entendimento da categoria lugar de memória para se pensar o campo emergente do patrimônio cultural.

Em seguida, tecem-se no artigo algumas considerações sobre as oportunidades e desafios na transformação dos patrimônios populares em espaços de visitação turística, considerando as novas demandas sociais presentes no segmento do turismo cultural. Estas se baseiam na interação entre os turistas e as comunidades receptoras e na necessidade de envolvimento e participação da comunidade local no desenvolvimento turístico.

Parte-se do pressuposto de que a conjugação entre lugar de memória e turismo cultural pode contribuir para a valorização dos espaços mantenedores da identidade e da memória social, bem como para o enriquecimento da relação entre turistas e residentes, por meio da vivência dos elementos representativos da cultura local.

1. PATRIMÔNIO CULTURAL E PRESERVAÇÃO: POR UMA MEMÓRIA E IDENTIDADE PLURAIS

O termo patrimônio, derivado do latim *patrimonium*, esteve tradicionalmente associado à herança familiar, ao colecionamento e à propriedade privada de bens materiais revestidos de valores econômicos. Decorre dessa concepção a denominação de patrimônio histórico que englobava elementos materiais da cultura: prédios e edificações históricas, monumentos, obras de arte e demais artefatos compreendidos como depositários da ancestralidade e da essencialidade das classes abastadas e, portanto, suscetíveis de proteção.

Conforme Camargo (2002, p. 95), patrimônio no conceito clássico designa “bens culturais ou monumentos de excepcional valor histórico e artístico nacional [...] traçado urbano, centros históricos, cidades históricas e monumentos isolados”. Apenas eram valorizados os constructos sociais dotados de valores de sacralidade e autenticidade, e que evocavam a memória de determinados feitos ou acontecimentos históricos.

Durante o processo de formação dos Estados Nacionais, a denominação patrimônio confundiu-se com a própria noção de identidade nacional, sendo este o referencial para a compreensão dos fatos históricos e sociais, e considerado portador de uma memória e de uma identidade coletivas, adquirindo, por conseguinte, uma intensa conotação política. Os monumentos, edificações e obras de arte que possuíssem valores excepcionais, artísticos e memorialísticos, que reverenciavam os grandes feitos e personalidades da historiografia nacional, eram dignos de salvaguarda (CHOAY, 2001).

A questão relativa à preservação de bens de importância cultural iniciou-se no Brasil na década de 1930, como estratégia de afirmação da nacionalidade.¹ A busca pela preservação de alguns bens representativos, que visava proteger elementos da cultura erudita e popular, centrava-se em elementos que poderiam ser dignos de representar a chamada cultura nacional. Para coordenar o esforço que se fazia no sentido de preservar acervos e com o propósito de administrar a memória nacional, foi criado, em 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)².

A criação do SPHAN (atual IPHAN) foi proposta por Rodrigo Melo Franco de Andrade e resultou da apresentação de um projeto de lei que expediu o Decreto-Lei nº 25/1937, cujo objetivo era a preservação do patrimônio cultural e a proteção de obras de arte e de história no país. Esse Decreto regulamentou o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico nacional. Naquele período o patrimônio histórico e artístico nacional era entendido como “o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (LEMOS, 2000, p.43).

Nota-se que o conceito de patrimônio adotado nesse período agregava resquícios da mentalidade modernista disseminada durante a consolidação do Estado Novo e que sublevava os aspectos intangíveis da cultura aos componentes materiais que atestavam a unicidade territorial e invocavam uma pretendida identidade nacional. Entretanto, já se observavam tentativas de inserção e valorização de bens culturais imateriais, como por exemplo, o anteprojeto de lei de criação do SPHAN idealizado

por Mário de Andrade³ em 1936, a pedido de Gustavo Capanema. Esse anteprojeto, que não foi integrado ao Decreto-Lei nº 25/37, previa a definição de patrimônio artístico nacional envolvendo elementos tais como provérbios, cantos, lendas, magias, histórias populares, superstições, ditos, danças dramáticas, medicina, culinária das etnias formadoras do povo brasileiro (GONÇALVES, 1996; MICELI, 2001).

Apesar de todas as transformações políticas ocorridas nos anos 1960, decorrentes de revoluções em vários âmbitos da sociedade, incluindo-se aí as mudanças produzidas pela polêmica noção de modernidade tardia ou pós-modernidade, que desestabilizaram conceitos como tempo, espaço, história e subjetividade, o conceito de patrimônio cultural do país excluía ainda os bens imateriais. A definição de patrimônio cultural era composta apenas de bens móveis e imóveis. Para corroborar essa observação, vale destacar que na "lista de bens imóveis tombados pelo SPHAN, desde sua criação até os anos 70 não se encontra nenhuma senzala, quilombo, terreiro de macumba, entre outras demonstrações de movimentos de etnias minoritárias" (MARTINS, 2006, p.10).

Assim, bens isolados, edificações e monumentos remanescentes do período colonial tornavam-se exemplos da nacionalidade brasileira, e, portanto, símbolos da memória oficial que deveriam ser legados para a posteridade. Sobre eles foram atribuídos vários discursos e narrativas, erigindo-os como marcos da identidade nacional. Os atributos estilísticos da arquitetura colonial, sobretudo a barroca, influenciariam decisivamente as ações de preservação do patrimônio durante o século XX.

Ao final desse período, um conjunto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais repercutiram na substituição do termo patrimônio histórico por uma noção mais abrangente - a de patrimônio cultural. O patrimônio cultural, como reflexo e produto da dinâmica social, apresenta-se de forma diversificada, englobando as produções materiais e imateriais, passadas e presentes, os modos de vida, práticas e manifestações culturais que particularizam uma determinada sociedade (ABREU; CHAGAS, 2003).

De acordo com Martins (2006), o conceito de patrimônio histórico e artístico usado desde o século XIX foi aos poucos sendo substituído pelo conceito mais amplo de patrimônio cultural, respondendo a atualizações de estudos consoantes a uma concepção antropológica de cultura. A partir da década de 1970-1980 ocorre um redirecionamento da política de preservação adotada pelo IPHAN, por intermédio da atuação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, o qual propunha uma nova visão sobre os bens culturais, baseado na dinamicidade dos sistemas culturais, ou seja, dos processos identitários que compunham a diversidade do patrimônio cultural nacional.

A substituição de um conceito tradicionalista de patrimônio histórico edificado para uma abordagem mais dinâmica surge como resultado do alargamento conceitual do termo cultura, entendida como processo, e como tal, enriquecida na dinâmica das relações sociais e das interações entre o homem e o meio ambiente. Essa concepção ampla de patrimônio cultural aproxima-se do conceito de legado cultural (BARRETTO, 2001; BONFIM, 2005), aqui entendido como construção coletiva, inserido numa rede de relações dinâmicas que sofrem constantes processos de transformação e recriação, seja por meio da criatividade dos diversos segmentos sociais seja pela intensificação dos contatos culturais.

Para Kersten (2000) o patrimônio cultural engloba as manifestações significativas presentes nas relações sociais. Essa concepção apresenta um avanço na salvaguarda dos registros do patrimônio, tornando-o menos restrito às edificações e mais aberto à imaterialidade, aos modos de viver, às práticas e manifestações culturais. Nessa perspectiva, o patrimônio cultural confere sentido e significado às vivências coletivas do homem em sociedade. O conjunto desses elementos estabelece vínculos de temporalidade espaço-temporal entre os grupos sociais, contribuindo para a reconstrução e o fortalecimento da memória e da identidade em uma determinada região:

O patrimônio é uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade, história materializada em objetos e em ações carregadas de significados; são símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se articula constantemente com ele, ao redefini-lo e redefinir-se ao mesmo tempo (DIAS, 2006, p.100).

Memória e patrimônio estão interrelacionados, uma vez que ao serem acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade. Nas palavras de Le Goff (1996, p. 476) "a memória é um elemento essencial

do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

A memória como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos sujeitos situarem-se em um dado contexto histórico e social, reelaborando-o num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento.

Materializado e vivificado nos espaços urbanos, o patrimônio cultural é entendido como uma construção social, processo simbólico de seleção e apropriação de determinados elementos representativos de uma identidade (PRATS, 2003) e engloba as produções materiais e imateriais, passadas e presentes, os modos de vida, práticas e manifestações culturais que particularizam uma determinada sociedade (JEUDY, 1990). Desse modo, a existência de patrimônios culturais fornece aos grupos sociais um conjunto de códigos, simbologias, sinais que estabelecem o substrato a partir do qual as identidades tornam-se enraizadas em meio à fragmentação e dispersão dos laços culturais que caracterizam as sociedades pós-modernas.

Assim, o conjunto desses elementos contribui para a reconstrução e o fortalecimento da memória e da identidade em uma determinada região. Acompanhando as transformações sociais, a memória torna-se seletiva, sendo reelaborada continuamente no presente. Estabelecendo com ele novas interpretações, contribui também para a redefinição das identidades individuais e coletivas. Segundo Maurice Halbwachs (1991, p. 2),

La memoria colectiva insiste en asegurar la permanencia del tiempo y la homogeneidad de la vida, como en un intento por mostrar que el pasado permanece, que nada ha cambiado dentro del grupo y por ende, junto con el pasado La identidad dese grupo tambien permanece, así como sus proyectos.

Na relação entre o eu e o outro, o conceito de identidade cultural envolve o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada em que os membros partilham e reforçam suas referências históricas. Ao abordar a temática da identidade cultural na pós-modernidade, Hall (2001) assinala que o sujeito vivencia uma crise de identidade, devido à fragmentação de seu lugar no mundo social e cultural e de si mesmo. Diante das transformações estruturais e institucionais, o sujeito pós-moderno constitui-se de várias identidades fragmentadas, sendo concebido como um indivíduo sem identidade fixa ou permanente.

Esse sujeito, constitutivamente inacabado, em permanente formação, busca meios de se identificar na sociedade em que vive. “A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2001, p. 12-13).

Dessa forma, compreende-se a identidade como um processo cultural que se manifesta na relação entre membros de culturas diversas, sofrendo processos de enriquecimento a partir das múltiplas possibilidades de vinculação do indivíduo como agente integrante de um contexto social e cultural específico. O autor argumenta ainda que na pós-modernidade as identidades tornam-se móveis, fluidas, não apresentando contornos ou matizes definitivos:

[...] As identidades não são nunca unificadas, que elas são na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas à uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Assim, ao revisitar o conceito de identidade, o autor propõe a utilização do conceito de identificação no sentido de caracterizar a formação do sujeito, “a identificação é, pois, um processo de articulação, uma suturação, “mas nunca um ajuste completo, uma totalidade” (HALL, 2000, p.106), ou seja, ao longo de sua constituição, os indivíduos são interpelados por diferentes práticas discursivas, compartilhando com outros grupos sociais características e elementos culturais de forma fluida e instável.

A globalização repercute nesse quadro de desintegração das identidades. Como um fenômeno que consiste na conexão dos aspectos econômico, social, cultural e político entre diferentes países, resultado de evoluções ocorridas principalmente no incremento comercial mundial e de fatores

tecnológicos, a globalização estimulou a diminuição das fronteiras mundiais, por meio da fusão entre culturas. O sujeito pós-moderno, erigido na diversidade de culturas do mundo globalizado, tendo sua identidade construída e reconstruída permanentemente ao longo de sua existência, vive assim num constante processo de identificação (AUGÉ, 1994; BAUMAM, 1998).

A identificação pressupõe a diluição de fronteiras entre as identidades, a existência de pontos de interstícios e de deslocamento entre os diferentes sistemas culturais. O patrimônio cultural torna-se importante fonte de interpretação da memória, do passado e do presente, e contribui para o revigoramento da identidade local, regional e nacional. Aos grupos sociais torna-se necessária a eleição de determinados marcos simbólicos que garantam o sentido de permanência e de pertencimento a uma sociedade, uma vez que a aceleração dos contatos e a maior interdependência entre as regiões, resultantes das transformações científicas e tecnológicas, produzem modificações nas identidades culturais.

Assim, à fragmentação das identidades assiste-se a busca ou retorno às tradições locais, às origens, aos mecanismos de afirmação e ao fortalecimento das identidades, no sentido de valorizar os diferentes patrimônios que se configuram e “que podem ser estruturas arquitetônicas urbanísticas, objetos, atividades, mas existindo sempre dentro de uma rede atual e viva de relações entre grupos sociais” (GONÇALVES, 2007 p. 153), bem como os conteúdos simbólicos que a eles se associam.

Esse novo direcionamento contribuiu para a organização de movimentos e iniciativas em prol do direito à preservação e à eternização das diferentes memórias individuais e coletivas presentes no *corpus* social, nesse particular, “as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades” (POLLAK, 1989, p.5).

As modificações sofridas pelo conceito de patrimônio em nível internacional resultaram na sua ampliação em termos jurídicos. Assim, o artigo 216 da Constituição brasileira que versa sobre a cultura considera os seguintes parâmetros para o entendimento da expressão patrimônio cultural (BRASIL, MINISTÉRIO DA CULTURA, 2009):

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II- os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Depreende-se que a revisão da definição de patrimônio no país coaduna-se com a percepção da pluralidade e multiplicidade das produções culturais existentes e dos contextos sociais distintos que possibilitam a sua constante reinvenção, tendo em vista ainda a necessidade de valorizar as produções locais e regionais visando à compreensão do processo de formação da sociedade brasileira.

Inserido nesse contexto emerge o Decreto Lei nº 3551/2000 que instituiu o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e os denominados Livros de Registro, tendo como objetivo a inscrição dos bens de natureza imaterial em livros específicos do IPHAN concernente às suas particularidades – Livro dos saberes populares, Livro das celebrações, Livro das formas de expressão, Livro do registro dos lugares. Acresce-se a essa iniciativa ações de valorização, fomento e dinamização dos fatos culturais. Ressalva-se que esse procedimento não equivale ao Livro do Tombo direcionado ao patrimônio edificado (SANTA'ANA, 2003).

Em relação ao patrimônio edificado as atuais orientações do IPHAN mudaram da museificação dos sítios urbanos (cujo sentido era preservar o passado sem utilizar o bem) para a noção de revitalização (que entende o bem como algo que deveria ser preservado, mas com uma funcionalidade). No âmbito da preservação patrimonial, as ações direcionam-se à ampliação dos inventários, pesquisas e estudos interdisciplinares, planos de salvaguarda de patrimônios imateriais e de reabilitação de cidades históricas que se associam à noção de referenciais culturais, propondo, assim, uma reinterpretção dos valores e noções de estética, tradicionalidade e excepcionalidade que orientavam as políticas de preservação patrimonial (FONSECA, 2000).

Observa-se um processo de redemocratização do patrimônio com uma maior aproximação do IPHAN com as comunidades residentes em áreas patrimoniais tombadas. Essa articulação engendra um mecanismo de descentralização e compartilhamento das responsabilidades na preservação dos bens culturais e envolve gestores públicos, empresariado, sociedade civil e organizada. O objetivo consiste em promover uma gestão integrada do patrimônio cultural.

Na disputa pela afirmação de memórias diversificadas e plurais, estendem-se ao campo patrimonial os lugares e manifestações inseridos no cotidiano das comunidades, identificados e reconhecidos pelos atores sociais como seu patrimônio. Memórias e histórias até então silenciadas e que na atualidade vêm encontrando mecanismos de legitimação nas propostas de proteção e valorização do patrimônio cultural nacional.

2. UM NOVO OLHAR SOBRE O PATRIMÔNIO: OS LUGARES DA MEMÓRIA POPULAR

A ampliação do conceito de patrimônio permite novas possibilidades de interpretação do legado histórico e uma nova perspectiva para a preservação dos bens culturais. Muda-se o foco do patrimônio de pedra e cal para a dimensão imaterial das produções humanas, destacadamente o caráter processual das relações e práticas sociais, os significados e símbolos que conferem sentido à existência dos grupos humanos como agentes culturais, enfatizando a diversidade e a pluralidade cultural.

No que concerne ao patrimônio edificado, segue-se uma perspectiva relacional entre a ambiência urbana e seus componentes, na qual a existência e a preservação de bens isolados e monumentais não se tornam suficientes para se compreender o contexto sociocultural de sua produção. Nesse sentido, as paisagens naturais, os sítios arqueológicos, artefatos e utensílios das classes populares, os conhecimentos tradicionais, inserem-se nessa nova abrangência do campo patrimonial.

A reorientação do conceito de patrimônio histórico possibilitou o reconhecimento de outras formas de representação simbólica das sociedades – as artes, a literatura, o artesanato, os saberes e fazeres transmitidos de geração a geração. Para além dos monumentos de valor excepcional e representativos de determinados acontecimentos ou personagens históricos, tornam-se objeto de preservação os espaços e as práticas socioculturais que possuem um forte conteúdo simbólico e espiritual para uma dada comunidade.

Esses locais apropriados simbolicamente pelos atores locais tornam-se significativos por cristalizarem fatos ou acontecimentos pessoais, podendo vincular-se à infância, às atividades corriqueiras, aos encontros sociais ou religiosos. Na visão de Gastal (2002, p.77)

as diferentes memórias estão presentes no tecido urbano, transformando espaços em lugares únicos e com forte apelo afetivo para quem neles vive ou para quem os visitam. Lugares que não apenas têm memória, mas que para grupos significativos da sociedade, transformam-se em verdadeiros lugares de memória.

Segundo Pierre Nora (1993), os lugares de memória caracterizam-se por serem dialeticamente materiais, simbólicos e funcionais. Ampliando essa discussão, Berdoulay (2007) evidencia as relações intrínsecas existentes entre as dimensões espaciais do lugar, corporificadas e objetivadas, e a sua face imaterial ou intangível. Compreende o lugar de memória como espaço *in situ*, isto é, material, construído e edificado ao longo das relações sociais, e *in visu*, posto que surge também no plano mental ou subjetivo.

Nesse sentido, o espaço geográfico como lugar de memória constroi-se a partir das experiências cognitivas, das significações, dos imaginários e das subjetividades dos diferentes grupos sociais. Trata-se de um espaço de interação, carregado por um forte sentimento de territorialidade, apropriado física e espiritualmente por um determinado grupo social. Lugares que enunciam manifestações da cultura material e simbólica definem-se como lugares impregnados de reminiscências, ressemantizados pelos segmentos populares.

Os lugares de memória referenciam a trajetória comunitária e permanecem vivos nas subjetividades e nas práticas cotidianas que os (re) constroem permanentemente. Compreende-se a partir dessa análise que os lugares de memória não são estáticos, estanques,

[...] Mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade, numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel [...] e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p.22).

Esses espaços possuem ainda um sentido emocional, visto que através deles a comunidade sente-se integrada ao meio onde vive, estabelece relações de reconhecimento e de troca, posto que os lugares de memória também delimitam fronteiras culturais, relacionando-se à guarda de marcos históricos significativos para os membros de uma sociedade. Revestidos de simbologias e significados, os lugares de memória tornam-se locais de sociabilidade e reciprocidade cultural, considerando o descentramento identitário e os constantes processos de hibridação e tradução entre as culturas (CANCLINI, 2000).

Em nível nacional, a partir da década de 1970, os locais e espaços do cotidiano popular, as edificações vernaculares, os terreiros de culto africano foram reconhecidos como patrimônio cultural pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Como exemplos, destacam-se o tombamento do Terreiro Casa Branca, Bahia, (1975), do Santuário de São João dos Matosinhos, Minas Gerais (1985) e, mais recentemente, tem-se o reconhecimento, no ano de 2006, da Feira de Caruaru, Pernambuco, como lugar de memória.

Alçados à categoria de patrimônio cultural, as construções populares, os saberes, fazeres e manifestações tradicionais inscrevem-se nas políticas públicas de preservação e difusão do patrimônio, seja por meio da implantação de museus e centros da memória social seja pelo mapeamento e registro do patrimônio imaterial, bem como de outros instrumentos de salvaguarda e manutenção do ethos cultural de uma sociedade.

Trata-se em sentido amplo, de um processo de valorização dos espaços de enraizamento e da memória popular, lugares apropriados socialmente e coletivizados e, portanto, construtores de identidade. Tais iniciativas têm contribuído para alicerçar uma nova visão acerca do patrimônio:

No registro do cotidiano, a narrativa do patrimônio toma como ponto de referência básica a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos e categorias sociais em sua vida cotidiana. São os pontos de vista articulados por cada uma dessas individualidades que fornecem o ponto de partida para narrar o patrimônio. A nação deixa de ser homogênea representada por um patrimônio narrado no registro da monumentalidade. A heterogeneidade passa a ser reconhecida como uma configuração definidora da sociedade nacional (GONÇALVES, 2007, p.152).

Reconhece-se que embora as políticas públicas passassem a direcionar seu foco de atuação para os lugares da memória popular, as polêmicas em torno do tombamento do Terreiro Casa Branca, por exemplo, ilustrou a dificuldade de legitimação por parte dos órgãos oficiais de preservação cultural, de outras formas de representação identitária, práticas e linguagens populares divergentes daquelas consideradas insígnias de uma memória e de identidade nacional unívoca (ARÉVALO, 2005). Em outros casos, ocorreu a ausência de instrumentos legais compatíveis com a dinamicidade dos processos culturais, como o do tombamento da Fábrica de Vinho de Caju Tito e Silva, Paraíba, no ano de 1996, cuja produção "não resistiu ao declínio da demanda pelo produto e em poucos anos a sua fabricação foi encerrada, restando hoje somente o prédio que a abrigava" (TOJI, 2009).

Embora apresentado alguns desafios, o reconhecimento dos lugares de memória insere-se num processo mais amplo de cidadania cultural e da necessidade de democratizar o direito à memória e à preservação dos patrimônios de grupos étnico culturais específicos, dos espaços sagrados e profanos, reconhecidos e identificados por essas comunidades como legado herdado pelos seus antecessores, lugares relacionais, que enunciam memórias presentes e passadas. Lugares de memória e espaços de cidadania cultural.

Acresce-se à preservação dos lugares significativos para os residentes, a disseminação das memórias do lugar como proposta de afirmação do sentido de pertença dos agentes locais em relação aos espaços públicos, bem como para a conservação do patrimônio ambiental urbano (CASTRIOTA, 2009). Nesse sentido, reconhece-se no campo das ações de preservação patrimonial a importância da atividade turística no processo de renovação das áreas patrimoniais, bem como na valorização das manifestações populares tradicionais.

Assim, o patrimônio cultural herdado e recriado pelos grupos sociais é visto também como elemento de atratividade turística, estimulando fluxos de visitantes, e com eles, oportunidades de preservação e geração de benefícios socioeconômicos para as comunidades locais. O turismo como fenômeno que promove a articulação entre as culturas, oportuniza ou amplia as estratégias de visibilidade às diferentes produções culturais, presentes ou passadas, agregando novos valores aos bens simbólicos, redefinindo usos e significados, agenciando tradições, ao interpor heranças específicas em zonas de contato em um movimento de constante interação.

3. TURISMO CULTURAL NOS LUGARES DE MEMÓRIA: NOVOS ENFOQUES, NOVOS DESAFIOS

O turismo entendido como um dos principais fatores do trânsito ou da mobilidade humana configura-se como uma atividade marcadamente cultural, impulsionado pelo desejo dos grupos sociais em vivenciar experiências diferenciadoras de seu cotidiano, projetando, dessa forma, o patrimônio cultural como instrumento mediador de aprendizagem e educação (COSTA, 2009).

Destaca-se ainda a sua dimensão econômica, cujos benefícios podem ser sentidos na valorização comercial dos bens simbólicos no mercado de consumo, na formatação e comercialização do patrimônio como produtos ou espaços de visitação turística e a importância da atividade para o desenvolvimento social e econômico de diversas regiões. Na visão de Moesch (2000, p. 9) o turismo constitui-se

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Como fenômeno social, o turismo legitima a conexão local-global, promovendo a interação entre as culturas e contribuindo nos processos de hibridação, assimilação e tradução cultural. O entrelaçamento entre turismo e identidade assinala que essa atividade contribui para a reinterpretação da memória e das tradições, restaurando e revigorando identidades a partir da aceleração dos contatos simbólicos, atuando dessa forma, como vetor de reconstrução cultural (ASCANIO, 2003). O turismo é apreendido como fator possibilitador da mudança cultural, readaptando os conteúdos simbólicos dos lugares para atender às necessidades da demanda, "generando um processo constante de creación y recreación del sentido de pertencencia, pasado, lugar, cultura y posesión" (TALAVERA, 2003, p.44).

Para alguns estudiosos como Beni (2004), o turismo cultural ou turismo com base no legado cultural (BARRETTO, 2001) diferencia-se das formas tradicionais de turismo por ser caracterizado por um público consumidor mais sensível aos impactos resultantes de sua visita aos destinos, ou seja, consiste numa demanda seletiva que incorpora, em suas viagens, as preocupações em torno da problemática de preservação do patrimônio cultural.

O Turismo Cultural, assim, pressupõe um público educado e informado que compartilhe com os órgãos de patrimônio uma definição sobre o que constitui lugares, eventos e coleções corretas. Por outro lado, o Turismo Cultural deve ser visto pelos órgãos de preservação como um meio de arrecadar recursos para a manutenção de lugares e manifestações, bem como um instrumento de informação ao público visitante (GOODEY, 2002, p. 135).

O turismo cultural baseia-se na produção material e espiritual de uma comunidade, ou seja, transita em torno dos patrimônios culturais apropriados e recriados na dinâmica social, por meio da formatação de roteiros, produtos e atrações. Existe uma relação intrínseca entre turismo, memória e patrimônio cultural, na medida em que os valores simbólicos, as relações identitárias, a vivência cotidiana e festiva dos grupos sociais apresentam-se como importantes recursos ou atrativos a serem transformados em produtos turísticos. Paralelamente, o turismo é identificado como suscitador do sentimento de pertença da comunidade em relação ao seu patrimônio, estimulando a conservação da memória e da identidade cultural (BARRETTO, 2001).

O turismo pode ser compreendido como uma experiência que permite a descoberta do eu e do outro numa perspectiva de integração, com repercussões positivas no exercício de alteridade. Por

meio dos patrimônios culturais, a atividade turística promove trocas recíprocas entre os grupos sociais, o reconhecimento da diversidade cultural, a difusão de informações sobre o patrimônio, fortalecendo, desse modo, as identidades locais em meio ao processo de globalização e à tendência a padronização do capital simbólico no âmbito das sociedades contemporâneas.

O turismo cultural proporciona experiências de valorização dos bens culturais além de estimular ações de preservação patrimonial, aproximando a comunidade de seus lugares de memória e manifestações tradicionais. O intercâmbio sócio-educativo entre os diferentes grupos sociais enriquece a vivência cotidiana, produzindo laços de significação e pertencimento cultural, ao mesmo tempo em que a atividade turística contribui para o desenvolvimento sócio-econômico local.

No entanto, diversos autores (BARBOSA, 2001; SANTANA, 2009) discutem os efeitos nem sempre benéficos às comunidades receptoras, resultantes do desenvolvimento turístico em diversas localidades. Diante da valorização dos lugares de memória surgem implicações no que se refere à transformação do patrimônio referência em patrimônio recurso (ARANTES, 1999), ou seja, à distinção que se opera entre o valor de uso do patrimônio e seu valor de troca. Segundo o autor na denominada "economia simbólica do patrimônio" ocorre uma distinção entre o valor do bem patrimonial como símbolo, isto é, o conjunto de referências e sentidos enraizados na vida coletiva, e como alegoria, vinculado ao prazer estético e lúdico proporcionado pelo turismo.

Dentre as possíveis interferências negativas do turismo no tocante ao patrimônio cultural destacam-se a descaracterização das manifestações populares, dos valores e tradições locais na perspectiva de atender às necessidades do consumo visual e estético dos visitantes; a cenarização do patrimônio histórico e arquitetônico com o conseqüente remanejamento da população residente das áreas de interesse turístico e, ainda, alterações na sociabilidade dos moradores em relação à presença de turistas em sua comunidade (SOTRATTI, 2010).

Além desses revezes, acrescenta-se a ausência de comprometimento da população local no processo de conservação e revitalização de monumentos e lugares e, por conseqüente, do restabelecimento das memórias individuais e coletivas. Nesse caso, [...] os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função - obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos (CHOAY, 2001, p.211).

Na medida em que os elementos culturais transformam-se em mercadoria, ou seja, o patrimônio cenariza-se para e pelo turismo, perdem-se os elementos substanciais e necessários ao pleno desenvolvimento dessa atividade, ao tempo em que tende a reduzir os laços de afetividade dos residentes em relação ao seu patrimônio. Grammont (2006) ilustra as interferências provocadas pelo aproveitamento turístico da cidade de Ouro Preto (MG), e desvela os conflitos e as disputas simbólicas envolvendo a comunidade local e os representantes do IPHAN, bem como os desafios enfrentados pelo órgão no processo de conservação do patrimônio cultural local.

Diante desses aspectos, busca-se minimizar os impactos negativos oriundos do turismo, no sentido de formatar produtos segundo os preceitos da sustentabilidade, ou seja, harmonizando as esferas ambientais, sociais, econômicas e patrimoniais. Nas últimas décadas, os projetos de desenvolvimento turístico vêm sendo debatidos e acompanhados pelos órgãos de preservação patrimonial. Estes são acionados quando da elaboração de estudos e pesquisas de viabilidade turística em sítios históricos, na avaliação de ações de revitalização de áreas degradadas, monumentos e bens culturais, possuindo uma função primordial que consiste no acompanhamento das atividades turísticas desenvolvidas no sentido de evitar a perda dos valores e significados do patrimônio e que remontam à memória e à identidade do lugar turístico, uma vez que, como enfatizou Canclini (1994, p.102) o "problema mais desafiante, agora, são os usos sociais do patrimônio".

No que reporta ao patrimônio intangível, um dos principais desafios a serem enfrentados na relação turismo e preservação consiste na interferência dessa atividade nos processos sociais que conferem sentido às manifestações populares. Ao tempo em que se constata o avanço na legislação patrimonial, faz-se necessária uma política sistemática de apoio, difusão e promoção do patrimônio cultural no âmbito das comunidades. Esse fato impõe o estabelecimento de novas metodologias de acompanhamento da dinâmica cultural, para além do registro dos bens de natureza imaterial (TOJI, 2009).

Em virtude de se tratar de um fenômeno global e complexo que incide diretamente no cotidiano do núcleo receptor e nas formas de expressar a cultura e a identidade das populações envolvidas, o turismo pressupõe o aproveitamento do legado cultural de forma integrada, garantindo a preservação do patrimônio cultural com a necessária valorização da memória e identidade locais e o respeito às comunidades receptoras. Observa-se a necessidade de um planejamento equilibrado da oferta cultural, no sentido de atender às expectativas da população local e possibilitar a validação da experiência turística.

O segmento turismo cultural que antes se dirigia aos ícones ou cenários dos grandes acontecimentos históricos, baseado, fundamentalmente, na contemplação passiva ou na fruição estética do bem patrimonial, passa a privilegiar a história do lugar sob a perspectiva das diferentes memórias e recordações nele impregnadas, dos saberes e fazeres tradicionais. A atividade vem acompanhando, assim, a ampliação do conceito de patrimônio cultural e contribuindo para a valorização dos lugares da memória popular por intermédio da busca por uma maior interação entre turistas e comunidades receptoras e da experimentação - material e simbólica - de seus patrimônios afetivos.

Nesse sentido, a busca pela novidade, autenticidade e qualidade das atrações tornam-se um importante diferencial na competitividade entre os destinos, uma vez que os visitantes, de um modo geral, possuem a tendência a adentrar o universo simbólico da comunidade visitada:

A essência do turismo cultural está em envolver o visitante em um novo universo de experiências, com visitas apoiadas por atividades práticas, como música e culinária [...] A comunidade terá que reter grande parte dessa experiência do lugar em sua própria cultura, de forma a garantir que a visita se amplie do monumento para o que existe em volta dele (GOODEY, 2002, p.137).

Contraopondo-se ao processo de espetacularização e uniformização dos lugares, celebrações e modos de vida enquanto impactos negativos do turismo emerge a busca por roteiros, destinos e produtos capazes de oportunizar aos visitantes experiências tidas como únicas e provocadoras dos sentidos, com base em motivos, sensações e emoções, e na integração dos turistas como o patrimônio cultural das comunidades receptoras.

A contemplação e a passividade do olhar do turista nas atrações de visitação ao patrimônio cultural vem sendo suplantadas pela crescente interação entre turistas, artefatos e manifestações culturais e na problematização dos conteúdos da cultura local. Na visão de Yasoshima e Oliveira (2003, p. 17), "os novos turistas procurarão aliar o entretenimento das viagens com a educação, fazendo com que cada viagem seja uma forma de aprendizagem e instrução."

Nesse sentido, Gastal (2002) assinala que a incorporação da noção de lugar de memória no âmbito do planejamento e gestão da oferta de turismo cultural insurge como fator capaz de promover uma maior integração entre as memórias individuais e coletivas e a sociedade. No âmbito do turismo cultural, a valorização dos conteúdos dos bens patrimoniais enaltece a experiência turística, ao mesmo tempo em que fortalece os laços identitários entre a comunidade e o seu patrimônio.

Lugares de memória - a exemplo das feiras e mercados populares, santuários, locais de romaria e peregrinações religiosas, dos territórios das comunidades quilombolas, das casas de culto afro - apresentam-se como espaços de visitação turística em muitas localidades, sendo agenciados e comercializados por órgãos públicos, associações e organizações não governamentais, traduzindo-se em alternativas para a manutenção das tradições, usos e cotidianos de várias comunidades.

Ao inserirem-se nas propostas de visitação turística, os lugares de memória podem proporcionar experiências socioeducativas aos visitantes, ressignificando a importância desses patrimônios para a comunidade e gerando oportunidades de renda e de sustentabilidade econômica e cultural locais, além de possibilitar que a cultura visitada seja apresentada e experienciada pelos turistas sob vários enfoques. Conforme assinala Costa (2009, p. 190):

Transformar a motivação cultural das viagens, de um cenário onde se realizam visitas de pessoas em busca de alteração temporária em seu espaço e tempo cotidianos para um cenário político-cultural, no qual os visitantes e residentes interagem com sua cultura ou com a de seu semelhante, em que as pessoas aprendem o significado de seu passado: essa é a mudança que se propõe realizar com a instrumentalização da interpretação nas visitas aos sítios patrimoniais por meio do turismo cultural.

Os lugares de memória tendem a enriquecer a experiência turística, estreitando as relações entre turistas e residentes, e permitindo a democratização do acesso e o direito à memória de grupos sociais distintos. Ao mesmo tempo em que podem se traduzir na criação de cenários e ambientes inovadores, onde a criatividade e a interação com a comunidade transformam os visitantes em protagonistas da experiência turística, “o patrimônio que o turista quer e deve ver está vivo. Ele deveria ser vivenciado em seu próprio devir, em sua dinâmica vivência que conjuga história, tradição, arte, valores e práticas costumeiras” (MENESES, 2004, p.30).

Paralelamente, tendem a reforçar o sentido de pertença da comunidade em relação à cultura local, possibilitam a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável da atividade turística. A arregimentação dos lugares de memória como produtos turísticos oferece possibilidades de valorização do legado cultural dos diversos grupos sociais, entretanto, apresenta alguns desafios, sobretudo no que se refere ao planejamento da oferta cultural e à participação das comunidades no gerenciamento de seu patrimônio para o turismo.

No processo de formatação dessas áreas para a visitação turística, torna-se necessária a valorização dos lugares de memória pelas comunidades que neles habitam, trabalham ou desenvolvem algum vínculo afetivo ou emocional. À preservação dos patrimônios culturais perpassa o desenvolvimento de ações educativas, de valorização e interpretação dos bens edificados e intangíveis, tencionando a sua salvaguarda, difusão e promoção (MURTA; ALBANO, 2002).

Enfatiza-se que a transformação dos espaços do cotidiano popular, em suas múltiplas variações, como produto ou bem de consumo cultural não se justifica apenas pelo viés econômico decorrente do seu aproveitamento turístico. O planejamento turístico deve considerar os sentidos e significados simbólicos desses espaços, entendidos como elementos referenciais para a construção e afirmação de identidades. Na visão de Bhabha (1998), os lugares de memória podem ser vistos como ‘entre lugares’ diante do contexto da globalização e de múltiplas referências identitárias a que os sujeitos pós-modernos estão sendo submetidos. Segundo o autor, os lugares de fronteira, de intersecção são estratégicos na elaboração das subjetividades individuais e coletivas, de novos signos de identidade e, conseqüentemente, na formulação de um novo escopo ou projeto de sociedade. Dessa forma,

[...] tratados convenientemente, pueden constituir lugares de confluencia de tiempos y espacios y de participación e integración de sectores sociales diversos, de gran fecundidad. La concepción del patrimonio local como foro de la memoria y banco de ensayos para la reproducción social, nos llevará con seguridad a desbordar los límites de lo que se concibe tradicionalmente como patrimonio y gestión patrimonial, y nos veremos implicados en otro tipo de dinámicas locales, singularmente todas aquellas que comporten procesos de reflexión y proyección de la comunidad hacia su futuro (PRATS, 2005, p.31).

O turismo cultural pode permitir que as comunidades locais percebam a importância desses espaços para a construção de sua identidade e possam atuar de forma eficiente e pró-ativa nas estratégias de implantação ou dinamização da atividade turística nesses locais. Nesse patamar, as propostas de visitação turísticas nos lugares de memória devem inserir os agentes construtores do lugar na condução e interpretação das histórias, simbologias e significados da cultura apresentada visando à apreciação de turistas, visitantes, e para os membros da comunidade, “os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de *informantes*, mas de *intérpretes* de seu patrimônio cultural” (FONSECA, 2000, p.114 grifo da autora).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à criação de mecanismos de participação das comunidades na eleição dos lugares a serem vocacionados para o turismo. A partir da intensificação e ampliação dos espaços de diálogo com a comunidade, permite-se que esta não apenas atue no processo de identificação e seleção dos espaços de visitação turística, mas estabeleça quais aspectos ou elementos devam ser enfatizados, delimitando o grau de interferência do turismo na dinâmica local.

No contexto em que as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural tencionam a inserção social numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento, o fortalecimento das identidades culturais prescinde de ações afirmativas capazes de consolidar práticas coletivas de gestão dos lugares de memória visando à dinamização da economia. A articulação institucional e a formação de parcerias são essenciais para a continuidade e funcionalidade de projetos turísticos sustentáveis, elevando ou mantendo os benefícios para as comunidades locais.

A partir dos poderes públicos e das agências de turismo poderiam ser planejadas ações, por meio do estudo do patrimônio histórico e cultural, tanto nos sertões quanto nos espaços periféricos urbanos, como oficinas, cursos, espaços de debates e sociabilidade, a fim de resgatar habilidades específicas e atividades de trabalho, como artesanatos, gastronomia, folclore, danças típicas, folguedos, religiosidade popular e criação de espaços da memória como os museus populares. Em boa medida, o fruto desse trabalho poderia contemplar o direito à cidadania cultural, ou seja, criar diversas frentes de inserção econômica e sociourbana (CARDOSO, 2006, p. 72).

O enfoque sobre os lugares de memória torna-se um importante instrumental para os provedores turísticos de uma determinada região e seu entorno, na medida em que esses poderão vislumbrar novas alternativas para a implantação de modelos de gestão sustentável nos espaços turísticos, maximizando as potencialidades naturais, culturais, arquitetônicas, paisagísticas e memorialísticas dos destinos, em prol de uma prática social capaz de agregar valor à experiência dos visitantes.

A transformação dos lugares da memória popular em suas múltiplas variações como produto ou bem de consumo cultural não se justifica apenas pelo viés econômico decorrente do aproveitamento turístico. O planejamento turístico desses locais deve considerar o seu sentido simbólico como elemento referencial para a construção e afirmação de identidades, no sentido de contribuir para uma maior compreensão intercultural e proporcionar experiências significativas, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes:

[...] para que a atividade turística possa ser implantada é necessária a realização de estudos preparatórios com as comunidades receptoras. Acima de tudo, é importante diagnosticar e revelar as potencialidades locais - sobretudo culturais - que levem a melhorias qualitativas e criem condições para a gestão participativa do turismo e para o desenvolvimento endógeno da região, fomentando dessa maneira a mobilização dos atores locais em prol de alternativas que despertem para a verdadeira concepção de desenvolvimento (OLIVEIRA, 2005, p.57).

Segundo Camargo (2002), para que haja o pleno desenvolvimento do turismo cultural, a população residente, como agente produtora do patrimônio, deve ser conscientizada sobre a importância dos bens culturais como suportes de memória, de continuidade de práticas socioculturais e vetores de desenvolvimento econômico. O patrimônio cultural como produto turístico prescinde de um gerenciamento racional e equilibrado, no qual os diferentes atores sociais interagem de forma integrada e colaborativa.

No planejamento da oferta cultural deve-se promover uma interlocução permanente com os grupos sociais construtores do lugar turístico, incorporando os lugares mantenedores de sua identidade, no sentido de buscar uma maior integração entre turistas e residentes nos espaços de vivência comunitária, além de possibilitar variadas leituras e interpretações dos bens culturais. Dessa forma, o turismo cultural pode, efetivamente, contribuir para a compreensão intercultural e proporcionar experiências significativas, tanto para a comunidade local, quanto para os visitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade das relações humanas e sua produção cultural estão no cerne das discussões sobre o conceito de patrimônio cultural e, por conseguinte, da preservação dos bens culturais. Criação coletiva e *locus* privilegiado de compartilhamento da dinâmica social, o patrimônio cultural representa o testemunho das diferentes experiências humanas, eco de memórias e identidades plurais. Essas memórias e identidades corporificam-se nos espaços do cotidiano popular, onde os diferentes grupos sociais manifestam suas tradições, estabelecendo relações de afetividade, e edificando-os como lugares de memória.

Conforme exposto, na atualidade, a oficialização do patrimônio de pedra e cal como signo da história oficial vem sendo substituída por uma noção mais ampla, baseada na ideia de patrimônio como construção social, na qual as práticas, os saberes populares, as manifestações culturais transitam de forma dinâmica no universo abrangente das relações sociais. Nesse patamar, a noção de lugar de memória torna-se relevante na perspectiva de reorientar as políticas públicas de preservação do legado cultural, uma vez que oportuniza a compreensão do caráter dinâmico e processual do patrimônio, relacionando-o às dimensões materiais e intangíveis a partir das quais se produzem, se transmitem e se legitimam as vivências do homem em sociedade.

No entanto, a oficialização da categoria lugar de memória no campo de abrangência do patrimônio cultural torna-se ainda problemática, uma vez que a legislação patrimonial necessita estabelecer novos parâmetros e diretrizes para o processo de patrimonialização das diferentes memórias presentes no *corpus* social, e, por extensão, dos lugares simbólicos, apropriados segundo valores, noções e visões de mundo específicas de uma determinada comunidade.

No âmbito do turismo cultural, a incorporação dos lugares de memória como espaços de apreciação do legado cultural tende a se tornar um importante elemento diferenciador da oferta turística de uma localidade e de implantação de modelos de gestão comunitária dos atrativos culturais, maximizando as particularidades do patrimônio local, promovendo o seu conhecimento e sua preservação, por meio de uma prática de turismo capaz de agregar valor à experiência dos visitantes.

As propostas de preservação do patrimônio cultural para o turismo devem ser buscadas a partir dos contextos locais, das potencialidades e das sinergias de cada comunidade, ou seja, dos elementos que constituem a sua memória e suas tradições. Busca-se, cada vez mais uma articulação entre turismo e os órgãos de preservação patrimonial. No entanto, as transformações no patrimônio cultural como bem de consumo turístico tornam-se um dos principais desafios a serem enfrentados pelos representantes do IPHAN, sobretudo no que se refere à perda das características do bem protegido. A comercialização do patrimônio pelo turismo pode acarretar, em alguns casos, homogeneização dos marcos simbólicos e das identidades locais em prol da satisfação das necessidades de consumo visual ou estético dos visitantes.

A vivência dos turistas com os referenciais da memória e da identidade de um lugar pressupõe a utilização de instrumentos que possam contribuir para a sustentabilidade do turismo cultural. Nesse patamar, a ampliação do diálogo entre órgãos de preservação patrimonial e a atividade turística torna-se fundamental no sentido de possibilitar maior acompanhamento e avaliação dos processos turísticos em áreas patrimoniais tombadas e os impactos no âmbito nos bens de natureza imaterial.

O planejamento e a gestão do patrimônio cultural pressupõem o estabelecimento de políticas públicas que conciliem as características dos bens culturais, sua dinamicidade e as modificações que o uso turístico impõe, seja no ordenamento das cidades históricas, seja na adequação das manifestações populares às necessidades da demanda. O aproveitamento do patrimônio cultural para o turismo necessita da sistematização de novos instrumentais teórico metodológicos, buscando-se uma atuação integrada e colaborativa entre os incentivadores turísticos e o IPHAN junto às comunidades locais.

O estabelecimento de planos e programas de recuperação de conjuntos arquitetônicos baseados nos laços materiais e imateriais tende a favorecer o estreitamento de vínculos afetivos entre a população residente e o patrimônio; ações de valorização da memória e da identidade local e de difusão das expressões populares; realização de ações socioeducativas de interpretação do patrimônio local para a comunidade e grupos de visitantes contribui para o fortalecimento da gestão patrimonial e o aproveitamento sustentável das produções culturais pela atividade turística.

Assim, o aproveitamento do patrimônio cultural pela atividade turística deve considerar os elementos definidores da cultura sob o olhar da comunidade, incrementando a oferta local com roteiros, serviços e produtos que enalteçam a vivência dos turistas no destino, além de enfatizar o protagonismo da comunidade em áreas de interesse turístico. Assim, o turismo passa a ser entendido como instrumento de reforço das identidades e de articulação das culturas locais, na medida em que estimula a participação da comunidade no processo de planejamento e gestão da oferta turística.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina e GHAGAS, Mário. **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

ARANTES, Antônio Augusto. Repensando os aspectos sociais da sustentabilidade: a conservação integrada do patrimônio ambiental urbano. In: **Projeto História**, 18. São Paulo: Educ/Fapesp, 1999, p.121-134.

ARÉVALO, Márcia Conceição da Massena. Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto. **Revista História-Hoje**. Disponível em <<http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol.3.2005>>. Acesso em 09 de setembro de 2010.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BARBOSA, Ycarim. **O despertar do turismo**: uma visão crítica sobre os não-lugares. São Paulo: Aleph, 2001.

BARRETTO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades de planejamento. São Paulo: Papirus, 2001.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

BENI, Carlos. Um outro Turismo é possível? A recriação de uma nova ética. In: MOESCH, M.M.; GASTAL, S.(orgs). **Um outro Turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

BOMFIM, Natanael dos Reis. O conceito de patrimônio numa perspectiva multidisciplinar: contribuições para uma mudança de enfoque. **Revista Turismo & Desenvolvimento**. São Paulo, 2005, v. 5, n.1, p. 27-35.

BRASIL (Ministério da Cultura). **Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII da Ordem Social. Capítulo III. Da Educação da Cultura e do Desporto**. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/legislação/constituição>>. Acesso em agosto de 2009.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural**. São Paulo: Aliph, 2002.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

_____. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 2000.

CARDOSO, Gleudson Passos. História Social, Patrimônio Cultural e Turismo: interfaces entre Campos de Saber e Práticas Sociais. In: MARTINS, Clerton (org). **Patrimônio Cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural**: interpretação e qualificação. São Paulo: SENAC, 2009.

CHOAY, Françoise. Alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Turismo e patrimônio cultural**: recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**: trajetória da política federal da preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.

FONSECA, Marília Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. In: SANT'ANA, Márcia G (Org.). **O registro do patrimônio imaterial**. Brasília, Ministério da Cultura, IPHAN, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Iphan, 1996.

_____. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro, 2007.

GOODEY, B. Turismo Cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: MURTA, S.M; ALBANO, C. (orgs). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed UFMG; Território Brasília, 2002.

GRAMMONT, Anna Maria. Ouro Preto: problemas de um patrimônio histórico no início do século XXI. In: **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 8, n.3 set. /dez. 2006, p. 455-467. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/search>>. Acesso em 04 de dezembro de 2010.

HALLBWACS, Maurice. **Fragmentos de la memoria colectiva**. Revista de Cultura Psicológica. Año 1, numero 1, Mexico: UNAM- Faculdade de Psicologia, 1991

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz (org). **Identidade e Diferença**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.103-131.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&AA, 2001.

JEUDY, Henry-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os Rituais do Tombamento e a Escrita da História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MARTINS, Clerton. **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MENESES, José Newton Coelho. **História e Turismo Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOESCH, Marutschka. **A produção do saber turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (orgs). **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo horizonte: Ed UFMG; território Brasília, 2002.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História**: a problemática dos lugares. São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: 1998.

OLIVEIRA, Anelize Martins de. Turismo e Desenvolvimento Local: a cultura como elemento de aporte ao desenvolvimento da Atividade. In: **Revista Turismo Visão e Ação**. v. 7, n.1 p. 49-67 jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/search>>. Acesso em 04 de dezembro de 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro v.2, n. 3,1989.

PRATS, Llorenç. Patrimonio + turismo = desarrollo? In: **Pasos**. Revista de Patrimônio e Turismo Cultural. Laguna, v.1, n.2, 2003

_____. Concept y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos del Antropología Social**. nº 21, 2005, p. 17-35.

SANT'ANNA, Márcia. A face material do Patrimônio Cultural e os novos Instrumentos de reconhecimento. In: ABREU, Regina e GHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e Patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTANA, Agustín. **Antropología do turismo**: analogias, encontros e relações. Tradução de Eleonora Frenkel Barretto. São Paulo: Aleph, 2009.

SOTRATTI, Marcelo Antônio. A requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural: o caso do Centro Histórico de Salvador-Pelourinho. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p.139-155.

TALAVERA, A. S. Turismo cultural, culturas turísticas. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, ano 9, n. 20, p. 31-57, outubro. Porto Alegre, 2003.

TOJI, Simone. Patrimônio imaterial: marcos, referências, políticas públicas e alguns dilemas. In: **Revista Patrimônio e Memória**. v.5, n.2, p. 11-26. São Paulo: UNESP, 2009

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. da S. Turismo na Sociedade Pós-Industrial: tendências e perspectivas. In: BAHL, M. (Org.). **Perspectivas do Turismo na sociedade Pós-Industrial**. São Paulo: Roca, 2003.

NOTAS

¹ Segundo Fonseca (1997, p. 85), isto já pode ser sentido a partir da década de 1920, quando o Estado já vê no patrimônio uma questão politicamente relevante.

² 1937 é o ano em que o Estado Novo se estabelece no país.

³ Figura expoente do Modernismo, Mário de Andrade comungava o sentimento de brasilidade apregoado pelo movimento. Mas a proposta inicial do SPHAN revela um intelectual atravessado por influências estrangeiras, já que os primeiros edifícios tombados como patrimônio nacional remetiam ao período colonial, que tinham o barroco como arte maior e ápice da estética portuguesa colonial, o que aponta para uma proposta de identidade ligada à Europa.